

## **Instrumentais, Comitativos, Dativos e Locativos em português e em LIBRAS: implicações para o ensino de português L2<sup>1</sup>**

Aline Mesquita (UnB)

Heloisa Salles (UnB)

### 1. Introdução: o bilinguismo dos surdos

Os surdos são um grupo linguístico com características únicas. Por sua condição perceptual, são primordialmente usuários da língua de sinais (LS) a qual deve se constituir como primeira língua (L1). Ao mesmo tempo, estão envolvidos em uma sociedade em que a língua oral predomina. Nesse sentido, pode-se dizer que estão imersos em uma comunidade que utiliza majoritariamente a língua oral, primordialmente pela modalidade escrita, do que decorre o desenvolvimento de uma segunda língua, o que os faz indivíduos bilíngues, na maioria dos casos. Trata-se, porém, de uma realidade heterogênea, no que se refere à proficiência no uso dessas línguas, por motivos diversos, que cabe identificar, e preferencialmente minimizar, tendo em vista o entendimento de que a situação de bilinguismo é inevitável e desejável.

A língua de sinais, por ser realizada por meio do canal visuo-espacial, permite uma aquisição perfeita, tal como a aquisição de língua oral por crianças ouvintes (Quadros, 1997). No entanto, nem todos os surdos recebem o *input* suficiente na infância para que essa língua seja adquirida como L1. A maioria dos surdos são filhos de pais ouvintes, que desconhecem a língua de sinais. A LS, geralmente, é adquirida mais tarde, quando o surdo entra em contato com outros surdos que sinalizam. Embora essa situação não seja uniforme nas diferentes comunidades surdas, é muito recorrente. No Brasil, só recentemente, com a mobilização das comunidades surdas, com o desenvolvimento de políticas linguísticas específicas (Lei de Libras), e sua repercussão, sobretudo, no contexto educacional, é possível identificar mudanças no sentido de promover o acesso mais generalizado à Língua Brasileira de Sinais.

No entanto, além da língua de sinais, é inegável a presença da língua oral na vida do surdo, tendo em vista não só a situação de letramento associado à língua majoritária, mas também a própria expressão oral do ouvinte, de que resulta, em muitos casos, a oralização do surdo (que não deve ser confundido com oralismo, que é a concepção educacional que

---

<sup>1</sup> Agradecemos à Profa. Daniele Grannier, pelo convite para participar do Simpósio Ensino de Português-por-Escrito para Surdos, no âmbito do Congresso de Humanidades, realizado em Brasília, em 2009. Agradecemos também à audiência presente no Simpósio, particularmente aos surdos presentes, que contribuíram para o desenvolvimento da discussão a respeito da LIBRAS, apresentada neste artigo.

privilegia a aprendizagem da fala por meio de terapias, em detrimento da língua de sinais, com consequências negativas, já reconhecidas). Ainda que os surdos brasileiros tenham adquirido a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), o acesso ao português se verifica informalmente, por meio das instâncias de socialização, notadamente a escola, em que o surdo é alfabetizado em português, ainda que haja grande variação no desempenho em língua portuguesa (escrita) desses alunos. A complexidade dessa questão dificulta as ações pedagógicas, sendo necessário primordialmente desenvolver metodologias e técnicas voltadas para o ensino de português como segunda língua, além de um esforço consistente no sentido de diagnosticar a situação linguística surdo – no que se refere ao acesso à língua de sinais (na família, na escola), e à língua oral – na modalidade escrita e também em relação à manifestação da oralização.

Em épocas passadas, o surdo recebia o mesmo ensino de português dado aos ouvintes, a que se acrescentavam esforços no sentido de desenvolver habilidades de leitura labial e oralização em português. Hoje, sabe-se que tais ações são ineficazes, sendo necessário desenvolver a língua de sinais, como primeira língua, e o português como segunda língua, o que implica que as aulas de português na escola sejam diferenciadas para os surdos. Atualmente, o ensino de português como segunda língua para surdos vem se desenvolvendo em uma perspectiva bilíngue, em conformidade com determinações da legislação. No entanto, a educação bilíngue requer a realização de diferentes ações, que incluem a formação de professores, a difusão da língua de sinais, a presença de intérpretes de língua de sinais-português na escola, entre outras.

A implantação da abordagem educacional bilíngue tem implicações para o entendimento do processo psicolinguístico da aquisição de língua. Consideramos, neste trabalho, que o conhecimento linguístico é inato, manifestando-se como um estado mental – a gramática universal (GU) –, que se desenvolve a partir do acesso aos dados de uma determinada língua. No caso da L1, esse fenômeno ocorre na (primeira) infância, na L2, pode ocorrer a qualquer momento, após a aquisição da L1. No processo de aquisição da L2, é possível supor diferentes processos em relação ao papel do conhecimento linguístico prévio, no caso a L1 e a GU. Adota-se, para a discussão das questões educacionais a serem tratadas no presente trabalho, a Hipótese de Acesso Parcial à GU, que considera que a L1 é o estado inicial do processo de aquisição de L2 (cf. Schwartz, 1998). Assim, é necessário conhecer não somente a língua a ser ensinada – o português – mas também propriedades da LIBRAS para entender a interlíngua do surdo e, conseqüentemente, desenvolver métodos eficazes de ensino de português como segunda língua.

Neste trabalho, analisaremos como as funções gramaticais instrumental, comitativo, dativo e locativo são realizadas em português e em LIBRAS, adotando uma perspectiva comparativa. Em seguida, investigaremos como tais funções se manifestam na interlíngua do surdo aprendiz de português (L2). Finalmente, fazemos considerações acerca do ensino de português L2 para surdos.

## 2. Mapeamento sintático das funções gramaticais instrumental, comitativo, dativo e locativo em LIBRAS e em português

Nesta seção, examinamos a realização das funções gramaticais instrumental, comitativo, dativo e locativo, em LIBRAS. Tais funções compartilham a propriedade de serem introduzidas por preposição em português. Como será demonstrado, identificam-se três categorias que correspondem, em LIBRAS, às funções preposicionadas do português: sinais específicos da língua, classificadores e o movimento direcional. Passamos a analisar, mais detalhadamente, quais dessas categorias realizam cada uma das funções gramaticais, estabelecendo uma comparação com o português.

### 2.1 Instrumentais

Em português, a função instrumental é introduzida pela preposição lexical ‘com’. Seguindo Chomsky (1986), consideramos que essa preposição é lexical, nesse contexto, pois é ela que introduz semanticamente o argumento, estabelecendo a leitura instrumental (cf. 1a):

(1) a. Gustavo pintou com lápis.

Em LIBRAS, no entanto, não existe um sinal específico que indique essa função, como a preposição ‘com’ em português. Há uma configuração diferente: o verbo inclui um classificador de instrumento, formando com ele um único sinal (Felipe, 2001; Salles et al., 2002; Quadros & Karnopp, 2004). A sentença em (1a) é realizada como em (1b) (cf. figura 1):

(1) b. PINTAR-COM-LÁPIS.



FIGURA 1: O sinal PINTAR-COM-LÁPIS em LIBRAS (Quadros & Karnopp, 2004:204).

Enquanto em português, o instrumento é introduzido pela preposição lexical ‘com’, em LIBRAS, ele é representado pelo classificador (cf. figura 1). Se o instrumento em questão fosse outro (por exemplo ‘rolo’), o verbo incluiria outro classificador, constituindo um sinal diferente (cf. figura 2):



FIGURA 2: O sinal PINTAR-COM-ROLO em LIBRAS (Quadros & Karnopp, 2004:204).

O verbo que incorpora um classificador recebe o nome de verbo manual (*handling verb*), denominado dessa forma por envolver uma configuração de mão em que o sinalizador representa estar segurando um objeto (Quadros & Karnopp 2004). Esses verbos finalizam as sentenças, como nas construções tópico-comentário: “Primeiro, situa-se sobre o que se está falando e, em seguida, define-se que tipo de verbo manual será usado [...]” (Quadros & Karnopp 2004).

A função instrumental, portanto, é realizada, em LIBRAS por um classificador, incorporado no verbo.

## 2.2 Comitativos

A função comitativa, assim como a instrumental, é realizada pela preposição ‘com’ em português. Nesse contexto, ela também é lexical, pois é ela que atribui a função semântica de comitativo ao complemento (cf. 2a):

- (2) a. Ana Clara ficou com sua mãe durante a festa.

Além da preposição *com*, o advérbio ‘junto’, na locução prepositiva *junto de*, também realiza a função comitativa em português (cf. 2b):

- (2) b. Ana Clara ficou junto de sua mãe durante a festa.

Observa-se que, nessa configuração, a preposição ‘de’ é necessária, já que a sua ausência resulta na agramaticalidade da frase (\*Ana Clara ficou junto sua mãe). De acordo com Lobato (1989), essa preposição é essencial, pois, sendo o advérbio uma categoria [+N], ele não possui propriedades para realizar morfologicamente o Caso de seu complemento. Torna-se necessária, portanto, a preposição ‘de’ para licenciar o argumento na sintaxe.

Em LIBRAS, a função comitativa, ao contrário da função instrumental, é realizada por um sinal específico, que pode ser transcrito por COM ou JUNTO em português (Mesquita, 2006) (cf. fig. 3):



FIGURA 3: O sinal COM / JUNTO em LIBRAS (Capovilla & Raphael, 2001: 431).

Esse sinal pode ocorrer transitivamente (com o complemento expresso fonologicamente ou nulo) ou intransitivamente.<sup>2</sup> Observe as sentenças em (3), (4) e (5):

---

<sup>2</sup> Uma característica interessante da categoria COM em LIBRAS, em sua ocorrência transitiva, é a existência do movimento que vincula os participantes da relação comitativa, o que sugere uma realização flexionada para tal categoria, autorizando uma comparação com verbos/ predicados de concordância (cf. seção 2.3). Agradecemos à Margot Latt Marinho por esta observação.

- (3) ALICE CANSADA COMEÇAR CANSADA SENTAR JUNTO IRM@. (APM)  
 ‘Alice começou a ficar cansada de estar sentada com sua irmã.’
- (4) PESSOA JUNTO NADA. (HILS)  
 ‘Ninguém vai junto [comigo]’.
- (5) CL de 1 C-H-A-P-E-L-E-I-R-O CHAPÉU CL de 2 L-E-B-R-E COELHO D-E-M-A-R-Ç-O [ALICE]<sup>3</sup> VER JUNTO TOMAR-CHÁ. (APM)  
 ‘Alice viu o chapeleiro e o coelho de março tomando chá juntos’

Em (3), observa-se que o sinal JUNTO<sup>4</sup> seleciona seu complemento IRM@, atribuindo papel temático de comitativo a ele, assim como a preposição ‘com’ em português. Há outros dados que mostram essa função do sinal JUNTO (cf. 6 e 7):

- (6) a .EL@ JUNTO COZINHEIR@ (APM)  
 Ela está junto do cozinheiro.
- (7) a. MULHER ADORAR DORMIR JUNTO CACHORRO (SRD).  
 A mulher adora dormir com seu cachorro.

Em (4), temos um exemplo do sinal JUNTO, selecionando um complemento nulo, representado por um DP [+animado]. O mesmo ocorre em (8): nesse contexto, é possível afirmar que o complemento de JUNTO é realizado por uma categoria nula, que corresponde à 3ª pessoa do singular:

- (8) a. SE EU JUNTO, EL@ MORRER.  
 Se eu ficar junto dela, ela morre.

Observe-se que, em (8), o sinal EL@ não é o complemento de JUNTO, mas sujeito do verbo MORRER, conforme proposto em Mesquita (2008). Essa análise baseia-se no fato de que verbo MORRER exige que a posição de sujeito seja preenchida lexicalmente (uma propriedade da língua, já que o sujeito só pode ser nulo com verbos de concordância). Nesse sentido, o sinal EL@ realiza a posição de sujeito do verbo MORRER. O complemento de

<sup>3</sup> O sinal ALICE havia sido mencionado somente no início da sentença. Transcrevemos esse sinal nesta posição para facilitar a leitura.

<sup>4</sup> Já que o sinal pode ser transcrito de duas formas (COM ou JUNTO), optamos por padronizar a transcrição e representá-lo apenas como JUNTO.

JUNTO é analisado como nulo e co-referencial com o sujeito da oração principal, sendo, portanto, de terceira pessoa do singular:

Em (5), por fim, o sinal não apresenta complemento, mas é, de fato, intransitivo. Observa-se que o sujeito do verbo TOMAR-CHÁ é CL de 1 C-H-A-P-E-L-E-I-R-O CHAPÉU CL de 2 L-E-B-R-E COELHO D-E-M-A-R-Ç-O, tratando-se, portanto, de um sujeito plural. Visto que o sinal JUNTO requer, ao menos, dois participantes para satisfazer a interpretação comitativa, essa exigência é satisfeita pelo argumento plural na posição de sujeito, o que permite a sua realização intransitiva. Em português, a relação com o argumento no plural requer concordância de número (e também de gênero), o que permite atribuir a essa categoria, nesse contexto, uma realização predicativa, diferente da realização na configuração prepositiva (e transitiva). Exemplo do sinal COM intransitivo também ocorre em (9):

(9) a. VAMOS JUNTO PROCURAR?

Vamos procurar juntos?

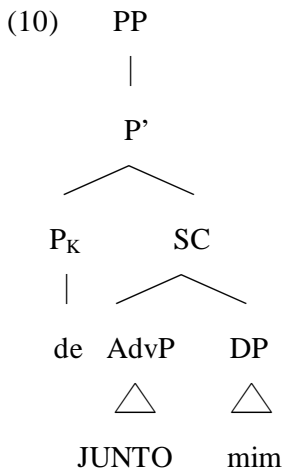
Assim, percebe-se que a função comitativa em LIBRAS assemelha-se ao português no sentido de que ambas as línguas apresentam um item lexical específico para realizar essa função: o sinal JUNTO<sup>5</sup> e a preposição ‘com’, respectivamente.

A categoria gramatical do sinal JUNTO foi discutida em Mesquita (2008) e em Mesquita e Salles (2010). Consideramos que JUNTO é um único sinal, podendo ocorrer transitivamente ou intransitivamente. Assim, assumimos que o sinal é um advérbio e não uma preposição, já que uma das propriedades da categoria preposicional é a de que ela sempre apresenta um complemento (cf. Lobato, 1989; Carvalho, 2001). Deste modo, assim como ‘junto’, em português, o sinal JUNTO, em LIBRAS, é um advérbio e pode ocorrer com ou sem complemento.

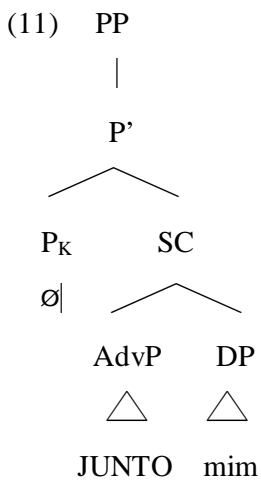
Nessa abordagem, seguimos Lobato (1989, 1995), em que a categoria gramatical ‘junto’ é analisada como um advérbio. Quando esse item ocorre com complemento, a estrutura projeta um sintagma preposicional (PP), devido à preposição ‘de’ que ocorre na sentença para realizar o Caso. O sintagma ‘junto de mim’, portanto, é tido como uma locução prepositiva, o que não altera, contudo, a classe gramatical do item ‘junto’ (cf. 10):

---

<sup>5</sup> Essa análise não exclui a possibilidade de que a função comitativa seja realizada de outras formas, além da pesquisada neste trabalho.



Em LIBRAS, assumimos que a configuração transitiva de JUNTO também projeta um PP, devido à existência de um elemento nulo, uma categoria funcional K, responsável pelo licenciamento do traço de Caso. Por hipótese, esse elemento também é uma preposição em LIBRAS, mas tem realização nula, enquanto em português é realizado lexicalmente pela categoria *de* (Mesquita & Salles, 2010) (cf. 11):



A hipótese de que a categoria K ocorre em LIBRAS é reforçada pela análise de construções de posse nessa língua. Nas estruturas de posse com pronomes pessoais, é possível demonstrar a existência de marcação morfológica de caso (genitivo), o que permite postular a existência de uma categoria funcional que licencia sintaticamente a relação entre o possuidor e o possuído na sintaxe (cf. Chan-Vianna, 2003). Assim, na expressão ‘minha casa’, o pronome de 1ª pessoa apresenta marca morfológica de genitivo, sendo realizado com a



configuração de mão em [K] no peito, o que corresponde ao pronome possessivo MEU – opondo-se a EU, que é realizado com a configuração da mão em apontação [G1] e movimento orientado para o falante, com o ponto de articulação no peito.

- (12) [KP [DP CASA] 1s<sub>gen</sub>]  
'minha casa'

### 2.3 Dativos

O dativo em português é realizado sintaticamente em uma projeção preposicional, que pode ser a preposição 'a' ou 'para'<sup>6</sup>, podendo ser substituído pelo pronome *lhe*' (cf. 13):

- (13) a. Eu entreguei o livro a/para ela.  
b. Eu lhe entreguei o livro.

Ao contrário das funções apresentadas acima, a preposição que introduz o argumento dativo é gramatical. De fato, não é a preposição 'a'/'para', isoladamente, que introduz semanticamente o complemento. Ela é selecionada pelo verbo 'entregar' na configuração sintática em que o papel temático de *meta* é atribuído ao DP 'ela'. Em LIBRAS, a realização do argumento dativo está presente nos verbos com concordância. Os verbos em LIBRAS estão divididos em verbos com concordância e verbos sem concordância, também chamados verbos direcionais e não direcionais (Ferreira-Brito, 1995; Quadros & Karnopp, 2004).

A concordância em LIBRAS, assim como em outras línguas de sinais, baseia-se no estabelecimento de pontos no espaço de sinalização, denominado *R(eferential) Loci*. Os argumentos da sentença são estabelecidos apontando-se diretamente para eles, ou apontando-se para um ponto no espaço de sinalização previamente definido quando o referente não está presente. A concordância ocorre quando a realização do verbo no espaço de sinalização depende dos *R-Loci* previamente estabelecidos (Meir, 2002; Quadros & Karnopp, 2004). Assim, o verbo com concordância move-se do ponto onde foi estabelecido o sujeito ao ponto onde foi estabelecido o objeto, o que torna a realização desses argumentos uma parte

---

<sup>6</sup> Essa afirmação é válida para o Português do Brasil (PB), pois no Português Europeu (PE) apenas a preposição 'a' realiza essa função.

intrínseca da realização do sinal que denota o verbo, permitindo que os argumentos não sejam representados fonologicamente como formas independentes (cf. 14):

- (14) a.<sub>1s</sub> PERGUNTAR <sub>2s</sub>  
'Eu perguntei para você'

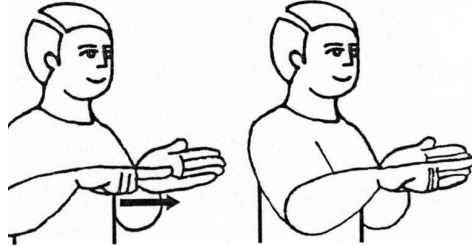


FIGURA 4: O sinal PERGUNTAR em LIBRAS (Capovilla & Raphael, 2001: 1033).

Diferentemente, em outros casos, o movimento é do objeto ao sujeito – são os chamados verbos reversíveis (cf. 15):

- (15) a.<sub>2s</sub> CHAMAR <sub>1s</sub>  
'Eu chamei você'



FIGURA 5: O sinal CHAMAR em LIBRAS (Quadros & Karnopp, 2004: 203).

Os verbos sem concordância (verbos simples), no entanto, não se movimentam de um ponto a outro e, conseqüentemente, exigem que os argumentos tenham uma realização lexicalmente independente (cf. 16):

- (16) a. EU GOSTAR VOCÊ.  
'Eu gosto de você'

Os verbos com concordância são verbos que denotam transferência, que pode ser concreta (ex: ENTREGAR) ou abstrata (ex: ENSINAR). Nesse sentido, correspondem

crucialmente a predicados bitransitivos – ou de três lugares – em que se identificam um argumento (o DESENCADEADOR) e dois argumentos internos – o TEMA (=a coisa transferida) e a META (=o recipiente). No entanto, é possível encontrar verbos de concordância em configuração monotransitiva (de dois lugares).

Do ponto de vista morfológico, os verbos de concordância são formados por três elementos, segundo Meir (2002): a raiz, representada pela configuração de mão; um afixo verbal, que é a orientação da palma da mão; e um morfema direcional DIR, que corresponde ao parâmetro do movimento. Enquanto a orientação da mão é responsável pela função sintática, o morfema DIR atribui papel temático de meta ao argumento interno. Observe o exemplo (17) e a figura (6):

- (17) a.<sub>1s</sub>ENTREGAR<sub>2s</sub>  
'Eu entreguei a você'

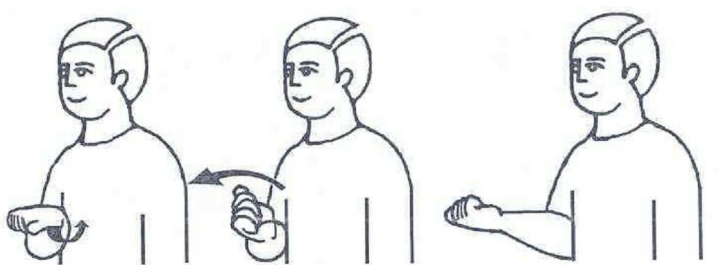


FIGURA 6: O sinal ENTREGAR em LIBRAS (Capovilla & Raphael, 200: 593).

O movimento da trajetória é do sujeito, representado pela 1ª pessoa do singular, ao objeto, a 2ª pessoa do singular. O morfema DIR sempre realiza a trajetória *fonte-meta*, marcando, assim, o sujeito e o objeto com esses papéis temáticos, respectivamente (Meir, 2002). Já a marcação sintática é realizada, conforme mencionado, pela orientação da mão: a palma da mão, voltada para o objeto, marca-o como caso dativo. Se a sentença fosse <sub>2s</sub>ENTREGAR<sub>1s</sub> ('Você me entrega/ Você entrega para mim'), o movimento continuaria sendo da *fonte* (2s – *você*) à *meta* (1s – *me/ para mim*), mas a palma da mão estaria voltada para o sinalizador, marcando o objeto de 1ª pessoa com o caso dativo.

Observa-se processo semelhante nos verbos reversíveis. Nesses verbos, a trajetória do movimento é inversa: inicia-se no objeto indo em direção ao sujeito (cf. 18 e figura 7):

- (18) a. <sub>2s</sub> PEGAR <sub>1s</sub>  
'Eu peguei de você'.

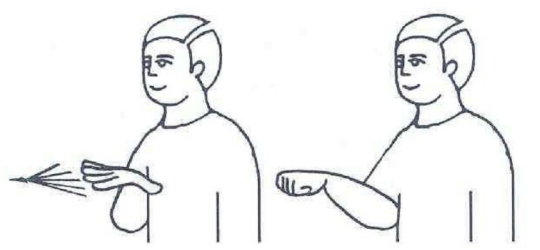


FIGURA 7: O sinal PEGAR em LIBRAS (Capovilla & Raphael, 2001:1024).

Em (18), o movimento na realização do sinal do verbo PEGAR é do objeto para o sujeito. Como a orientação da palma está voltada para o primeiro argumento da sentença, na configuração reversível, ele é o objeto, que, nesse caso, tem papel temático de fonte. O sujeito (1s – eu) é marcado semanticamente como meta. Um aspecto essencial na distinção entre verbos de concordância e verbos reversíveis é, portanto, o fato de que tais predicados têm orientação oposta, o que se define pela oposição semântica entre *fonte* e *alvo*, associada ao objeto, respectivamente.

Assumindo-se a análise de Meir (2002), é possível estabelecer um paralelo estrutural entre o morfema direcional – DIR –, e as preposições ‘de’ (=fonte) e ‘para’ (=alvo), no português – embora nem sempre haja correspondência direta entre a realização estrutural dos predicados no português e na língua de sinais (cf. *Maria pegou o livro/ Maria pegou o livro da estante; Maria entregou o livro para o João*). Além de realizar sintaticamente os argumentos da oração, a preposição combina-se com o verbo para atribuir papel temático (cf. Salles 1992). De fato, há uma semelhança entre DIR e as preposições, já que, de acordo com Meir (2002), DIR é representante da classe de morfemas que denotam relações espaciais. A autora observa que os morfemas direcionais também estão presentes nas línguas orais e, em algumas, podem pertencer à categoria das preposições. Quando combinados com um verbo, indicam o movimento de um dos argumentos em relação ao emissor ou sujeito da oração. O movimento pode partir do sujeito em direção a um ponto, ou de determinado ponto para o sujeito. Por exemplo, os prefixos *aus* e *ein* do alemão se combinam com verbos para indicar o movimento, definindo a direção da trajetória. O verbo *gehen* significa ‘ir’, ‘andar’; quando combinado com *aus*, o verbo *ausgehen* passa a significar ‘sair’. Do mesmo modo, quando este verbo se combina com o prefixo *ein* (*eingehen*), ele significa ‘vir’, ‘voltar’. Além disso, a partícula *aus* também pode ocorrer como preposição independente em alemão. Seguindo a

análise de Meir (2002), em (17) e (18), o morfema DIR, realizado como um núcleo sintático, concatena-se com o verbo ENTREGAR e PEGAR, definindo, assim, a direção do movimento desse verbo. Em (17), o verbo parte do sujeito para um ponto determinado, o objeto da oração, que tem papel semântico de meta. Em (18), o verbo parte do objeto e se direciona para o sujeito. Nesse caso, o sujeito é a *meta* e o objeto tem papel semântico de *fonte*.

No entanto, a relação entre os verbos com concordância em LIBRAS e os verbos com complemento dativo em português nem sempre é direta. De acordo com Quadros & Quer (2008), alguns verbos com concordância são monotransitivos (ex: AJUDAR), o que significa que o seu argumento interno recebe marcação acusativa e não dativa. Essa afirmação é mais evidente em verbos reversíveis, que, em sua maioria, não são bitransitivos. Observe o exemplo (19) para verbos regulares (ou seja, não reversíveis) e (20) para verbos reversíveis:

(19) a. <sub>1s</sub>AJUDAR<sub>2s</sub>  
'Eu o ajudei.'

(20) a. <sub>2s</sub>CONVIDAR<sub>1s</sub>  
'Eu o convidei.'

Em português, o verbo 'ajudar', apesar de não ser preposicionado, pode receber a preposição 'a' (*Eu ajudei a ele*), o que sugere que o argumento pode receber o papel temático de *meta* – em alemão, por exemplo, esse verbo seleciona o caso dativo. Tal argumento recebe, portanto, marcação sintática acusativa e papel semântico de meta. Meir (2002), no entanto, considera que o complemento dos verbos monotransitivos (AJUDAR, CONVIDAR) e bitransitivos (ENTREGAR, PEGAR), nas línguas de sinais, exibem as mesmas propriedades sintáticas e morfológicas, portanto, não há necessidade de apresentar uma classificação diferente para esses verbos.

Ainda em relação aos verbos reversíveis, Quadros & Quer (2010) consideram o verbo PEGAR como monotransitivo, ao contrário de Meir (2002), que o analisa como bitransitivo ('Eu peguei alguma coisa de alguém'). Pela análise de Quadros & Quer (2010), o papel temático do argumento interno nos verbos reversíveis não seria 'fonte', e sim, 'tema'. Nesse sentido, os autores propõem que os verbos reversíveis sejam retirados do grupo dos verbos de concordância, pelo fato de selecionarem um argumento locativo, o que significa que não codificam traços de gênero e número. A transcrição e tradução de (18) seria como em (21):

- (21) a. <sub>3s</sub>PEGAR<sub>1s</sub>  
'Eu peguei isso'

Diante da análise de Meir (2002), e dos aspectos questionados em Quadros & Quer (2008), retemos a hipótese de que o movimento direcional integra a estrutura do sinal como uma categoria morfológica, realizando, na estrutura sintática, a categoria K licenciadora do argumento na posição de complemento – independentemente de o caso ser dativo ou locativo. No entanto, as categorias dativo e locativo se distinguem em termos dos traços formais que licenciam, o que é determinado pelo morfema da orientação da mão: enquanto o primeiro codifica os traços de pessoa e número, o segundo codifica pessoa.<sup>7</sup>

#### 2.4 Locativos

O sintagma locativo, em português, pode ser introduzido por mais de uma preposição como 'a', 'de', 'em', 'para', entre outras (cf. 22, 23, 24 e 25):

- (22) a. Fui a São Paulo.  
(23) a. Voltei de Ouro Preto.  
(24) a. Camila está em casa.  
(25) a. Viajou para Europa.

Em LIBRAS, a função locativa é estabelecida não por um elemento lexicalizado, mas por uma propriedade definida por um parâmetro da estrutura do sinal – a trajetória – o que pode ser analisado como um morfema, presente no verbo espacial. Nesse sentido, postula-se que o verbo direcional seleciona um argumento locativo, com o qual estabelece concordância. Diferentemente do verbo com concordância, que denota transferência, o verbo espacial denota movimento de um ponto a outro. São exemplos de verbos espaciais: VIAJAR, IR, CHEGAR.

Os verbos espaciais não apresentam concordância com seus referentes pessoais, mas com os referentes espaciais (Lillo-Martin, 1991). Assim, na oração “Eu fui de casa ao

---

<sup>7</sup> A distinção entre locativos e dativos pode ser identificada na estrutura sintático-semântica de predicados bitransitivos, como em (i) *Maria deu um livro para os meninos* e (ii) *Maria pôs um livro nas estantes*. Enquanto em (i), a categoria de número no argumento *dativo* não tem implicação para a interpretação do evento denotado, em (ii), a presença da categoria número no argumento *locativo* pressupõe a interpretação iterativa do evento. Realizado na posição de sujeito, como nos verbos reversíveis de LSB, ou de objeto direto, como em português, o argumento locativo não altera a interpretação do evento, um resultado desejável, conforme ilustrado em (iii), do português: *Maria pegou os livros* (=interpretação não interativa do evento).

trabalho”, o verbo ‘ir’ concorda com os referentes ‘casa’ e ‘ trabalho’ e não com o sujeito ‘eu’. Além disso, o verbo com concordância apresenta também a orientação da mão, enquanto o verbo espacial é composto apenas da raiz e do morfema que define a trajetória, designado, por hipótese, como DIR (cf. Meir (2002). Nessa abordagem, o morfema DIR é responsável por introduzir o sintagma locativo, assim como introduz o argumento dativo com verbos com concordância (associado à orientação de mão).

### 3. Funções gramaticais na interlíngua do surdos e implicações para o ensino

Analisadas as funções gramaticais – instrumental, comitativa, dativa e locativa – em português e em LIBRAS, passamos a examinar, brevemente, sua manifestação na interlíngua dos surdos aprendizes de português L2. Os dados desta seção foram retirados de Mesquita (2008).<sup>8</sup> Em particular, serão considerados exemplos com a função comitativa e dativa. Ressalte-se, porém, que a discussão não se propõe definir uma perspectiva de desenvolvimento linguístico, mas tão somente retomar os resultados apresentados pela autora, com o objetivo de demonstrar efeitos da interferência da L1 na interlíngua do surdo aprendiz de português L2.<sup>9</sup>

Observe os exemplos (26) e (27), que representam sentenças com a função comitativa:

(26) a. Eu quero viver muito tempo tempo com os meus amigos. (AF)

(27) a. (...) vou junto pra você.

Em (26), a preposição ‘com’ é usada com semântica comitativa. Por ser uma preposição lexical, com significado facilmente identificado, essa preposição foi corretamente utilizada na sentença. De fato, as preposições lexicais parecem ser mais facilmente aprendidas pelo surdo, devido à sua autonomia semântica. No exemplo (27), tem-se também a função comitativa. No entanto, nesse caso, a preposição ‘pra’ não é convergente com o português

---

<sup>8</sup> Os dados de Mesquita (2008) foram retirados de textos produzidos por alunos surdos durante um experimento: os surdos assistiram a uma aula de ecologia (ministrada por um professor de biologia e interpretada em LIBRAS) e, em seguida, produziram textos a respeito do assunto apresentado. Foram utilizados, também, dados retirados de Chan-Vianna (2003) e Pires (2005). As abreviaturas ao final do exemplo correspondem ao código de identificação dos participantes.

<sup>9</sup> Os resultados podem ser analisados em termos da chamada hipótese do acesso parcial à L1 na aquisição da L2, em que se assume que a L1 é o estado mental inicial. Nessa abordagem, a interlíngua apresenta propriedades paramétricas da L1, sendo o desenvolvimento da L2 realizado por meio de mecanismos de compensação. Por hipótese, tais mecanismos operam com traços formais interpretáveis (excluindo-se, portanto, a utilização de traços formais não-interpretáveis) (cf. Tsimpli 2003).

(*vou junto de você*). Esse exemplo é uma confirmação para hipótese da existência de uma categoria K em LIBRAS, conforme proposto anteriormente na seção 2.2. Nos dados analisados em Mesquita (2008), é encontrado recorrentemente um elemento de ligação entre o núcleo (nome, adjetivo ou advérbio) e o DP complemento, definindo sintaticamente a relação entre o antecedente e o conseqüente, mesmo que o item lexical não seja convergente com o português (como em 27, 28 e 29):

(28) a. temperatura do solo. (JA; eb)

(29) a. venda em matéria-prima. (AM; eb) ‘venda de matéria-prima.’

Em relação à função dativa, observam-se os exemplos em (30) e (31):

(30) a. Eu dou um presente para Maria

(31) a. dá venono [*veneno*] para capim. (A)

A preposição ‘para’, nesse caso, é convergente com a língua alvo, correspondendo, em português, a uma categoria selecionada pelo verbo, associada à função de introduzir a categoria ‘dativo’. Em LIBRAS, conforme analisamos, também existe um elemento que se relaciona com o verbo para marcar sintaticamente o papel semântico do argumento dativo, o morfema DIR, em verbos com concordância. Portanto, o morfema DIR constitui, no nível da representação formal da categoria dativo, uma contraparte da preposição introdutora do dativo na L2, o que explica a convergência observada na interlíngua do surdo.

Consideramos que os dados de Mesquita (2008) vêm confirmar que a categoria ‘preposição’ está representada (abstratamente) em LIBRAS, manifestando-se ora por um elemento expreso morfológicamente na estrutura do sinal, como o morfema DIR(acional), ora por uma categoria definida lexicalmente, como no caso do paradigma de pronomes possessivos, ora em uma locução formada com uma categoria adverbial, lexicalmente independente, como na configuração comitativa, com o sinal JUNTO. A existência dessa representação estrutural em LIBRAS tem implicações para o ensino de português como L2, na medida em que pode ser tomada como pressuposto, cabendo essencialmente fornecer o *input* que satisfaz as especificações lexicais (paramétricas) determinadas na gramática da língua alvo, no caso o português. Nessa tarefa, supõe-se que a aquisição das categorias da L2 será efetuada mediante a atuação de mecanismos cognitivos compensatórios, com base nas



propriedades sintático-semânticas envolvidas, as quais se definem por traços formais interpretáveis.

#### 4. Considerações Finais

O presente estudo examinou a realização das funções gramaticais comitativo, instrumental, dativo e locativo em LIBRAS, em uma perspectiva comparada com o português. Além do interesse teórico de discutir a manifestação dessas funções nas línguas, o estudo propiciou a discussão de alguns aspectos referentes à manifestação das funções dativo e comitativo na interlíngua do surdo usuário de LIBRAS na aquisição de português L2. Entre os resultados do estudo, consta a identificação de uma categoria que realiza formalmente as funções gramaticais citadas, permitindo a comparação entre preposições em línguas orais, como o português, e morfemas que integram a estrutura do sinal em LIBRAS nos verbos correspondentes. No caso de LIBRAS, verificou-se a presença de três categorias: um classificador, uma categoria formal no nível pronominal, e o movimento direcional. A presença de preposições nos dados da interlíngua, ainda que nem sempre convergente no que se refere à escolha do item lexical, em consonância com a hipótese do acesso parcial à L1 na aquisição da L2, vem sugerir a possibilidade de atribuir um estatuto gramatical idêntico aos processos codificadores das funções gramaticais estudadas na LIBRAS.

#### 5. Referências Bibliográficas

- CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. (2001). *Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue – Língua de Sinais Brasileira* (vol.1). 2ª ed. São Paulo: EdUSP: Imprensa Oficial.
- CARROL, L. *Alice no País das Maravilhas*. Rio de Janeiro: Arara Azul. Cd rom. Coleção Clássicos da Literatura em LIBRAS / Português.
- CARVALHO, O. L. S. (2001). *Lexicografia Bilíngue Português / Alemão: Teoria e Aplicação à Categoria das Preposições*. Brasília: Thesaurus.
- CHAN-VIANNA, A.C. (2003). *Aquisição de português por surdos: estruturas de posse*. Dissertação (Mestrado em Linguística) Universidade de Brasília, Brasília.
- CHOMSKY, N. (1986). *O Conhecimento da Língua – sua natureza, origem e uso*. Trad. Anabela Gonçalves e Ana Teresa Alves (1994). Lisboa: Caminho.
- FELIPE, T. A. (2001). *LIBRAS em contexto – livro do estudante/cursista*. Brasília: MEC/SEESP. (Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos).
- FERREIRA-BRITO, L. (1995). *Por uma gramática de línguas de sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro / UFRJ.
- INES. *Histórias Infantis em Línguas de Sinais: O Verbo em Português e em Libras*. Rio de

- Janeiro: Exemplus Comunicação & Marketing LTDA. Videocassete (31 min): VHS, NTSC.
- LILLO-MARTIN, D.C. (1991). *Universal Grammar and American Sign Language. Setting the Null Argument Parameters*. Netherlands: Kluwer Academic Publishers.
- LOBATO, L. (1989). “Advérbios e preposições, sintagmas adverbiais e preposicionais”. In: *Delta*, vol 5, nº 1 (101-12).
- \_\_\_\_\_. (1995). “De novo sobre advérbios e preposições, sintagmas adverbiais e sintagmas preposicionais”. In: JURGEN HEYE (org.). *Flores Verbais*. Rio de Janeiro: Ed 34.
- MEIR, I. (2002). *A Cross-Modality Perspective on Verb Agreement*. Natural language & Linguistic Theory 20: 413-450, 2002 Kluwer academic publishers. Printed in the Netherlands.
- MESQUITA, A. (2006). “Funções e propriedades gramaticais do sinal COM em LIBRAS”. Comunicação ao III Encontro Nacional do Grupo de Estudos de Linguagem do Centro-Oeste.
- \_\_\_\_\_. (2008). *A categoria preposicional na interlíngua do surdo aprendiz de português (L2)*. Dissertação (Mestrado em Linguística) Universidade de Brasília, Brasília.
- MESQUITA, A.; SALLES H. (2010). “Preposições na língua de sinais brasileira e na interlíngua de surdos aprendizes de português L2”. In: SALLES, H.; NAVES, R. (orgs.) *Estudos de língua de sinais brasileira e aquisição do Português (L2) por surdos*. Goiânia: Cãnone Editorial.
- PIRES, L. C. (2005). *Aquisição da Língua Portuguesa Escrita (L2) por sinalizantes surdos da Língua de Sinais Brasileira (L1)*. Dissertação de Mestrado em Linguística. UFSC, SC.
- QUADROS, R. (1997). *Educação de Surdos: A aquisição da Linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. (2004). *Língua Brasileira de Sinais: Estudos Linguísticos*. Porto Alegre: Artmed.
- QUADROS, R. M.; QUER (2008). “Revertendo os verbos reverses e seguindo em frente: sobre concordância, auxiliaries e classes verbais em línguas de sinais”. In: QUADROS, R.; VASCONCELLOS, M. L. B. *Questões Teóricas das Pesquisas em Línguas de Sinais*. Petrópolis: Editora Arara Azul.
- \_\_\_\_\_. (2010). “A caracterização da concordância nas línguas de sinais”. In: SALLES, H.; NAVES, R. (orgs.) *Estudos gerativos de língua de sinais brasileira e de aquisição de Português (L2) por surdos*. Goiânia: Cãnone Editorial.
- SALLES, H. M. M. L. (1992). *Preposições Essenciais do Português: um estudo preliminar*. Dissertação de Mestrado em Linguística. Universidade de Brasília, Brasília.
- SALLES, H. M.; E. FAULSTICH; O. S. CARVALHO; A. A. L. RAMOS (2002). *Ensino de Língua Portuguesa para Surdos: caminhos para a prática pedagógica*. vol 1 e 2. Brasília: MEC/SEESP (Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos).
- SCHWARTZ, B. (1998). “The Second Language Instinct”. *Lingua* 106: 133-160.
- TSIMPLI, I. (2003) Features in L1 and L2 acquisition: evidence from Greek clitics and determiners. In. H. Hendricks (ed.) *Special Issue of AILE*.